



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. INTRODUÇÃO:**

1.1 Trata-se da aquisição de EQUIPAMENTO para atender a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

1.2 A referida aquisição será realizada através de **Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preços**, o mesmo tem amparo legal através da Lei Federal nº. 14.133/2021 de 01 de abril de 2021 e no Decreto Municipal nº 4646, de 22 de março de 2023.

**2. OBJETO:**

2.1 O presente Termo de Referência tem por objeto aquisição de **EQUIPAMENTO PERMANENTE** para suprir as demandas da secretaria municipal de obras e serviços públicos.

2.2 Aquisição se dá através de **Transferência Especial, código do plano de ação 09032022-019282/2022**, está descrita nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ORD.	DESCRIÇÃO	Classif.	Quant.
01	<b>Trator cortador de grama, tipo roçadeira dirigível</b> , novo, zero hora, destinado à manutenção de áreas verdes, praças, canteiros e demais espaços públicos, com as seguintes características mínimas: <b>Motor:</b> a combustão, 4 tempos, bicilíndrico, com potência mínima de <b>25 HP</b> , cilindrada mínima aproximada de <b>700 cm³</b> , ou superior; <b>Sistema de partida:</b> elétrica; <b>Transmissão:</b> hidrostática, com acionamento por pedal ou alavanca, permitindo variação contínua de velocidade; <b>Velocidade:</b> Frente: mínima de <b>8 km/h</b> ; Ré: mínima de <b>4 km/h</b> ; <b>Sistema de corte:</b> Largura de corte mínima de <b>120 cm (±5%)</b> ; Altura de corte ajustável entre aproximadamente <b>25 mm a 100 mm</b> , com no mínimo <b>8 posições de regulagem</b> ; Plataforma (deck) de corte em <b> aço reforçado</b> , com proteção contra impactos e equipada com <b>rodas anti-escalpe</b> ; <b>Modos de operação de corte:</b> deverá permitir, no mínimo, <b>descarga lateral</b> , podendo também possuir sistema de coleta e/ou trituração (mulching); <b>Capacidade do tanque de combustível:</b> mínima de <b>10 litros</b> ; <b>Produtividade:</b> capacidade operacional mínima de <b>5.500 m² por hora</b> , podendo variar conforme as condições do terreno; <b>Direção e manobrabilidade:</b> raio de giro máximo aproximado de <b>50 cm</b> , permitindo operação em áreas com obstáculos;	UND	04

<p><b>Pneus:</b> Dianteiros e traseiros apropriados para uso em gramados, com boa tração e baixa compactação do solo;</p> <p><b>Estrutura e ergonomia:</b> Assento ajustável e confortável; Volante ergonômico; Plataforma de operação segura e de fácil acesso;</p> <p><b>Peso:</b> compatível com a categoria do equipamento (aproximadamente entre <b>250 kg e 320 kg</b>);</p> <p><b>Área recomendada de trabalho:</b> apto para manutenção de áreas de até <b>40.000 m²</b>;</p> <p><b>Segurança:</b> equipado com dispositivos de segurança conforme normas vigentes, incluindo sistema de desligamento automático;</p> <p><b>Garantia mínima:</b> <b>12 meses</b>, contra defeitos de fabricação;</p> <p><b>Condições gerais:</b> Equipamento novo, sem uso; Deve acompanhar manual de operação em português; Assistência técnica autorizada no Estado.</p>		
--	--	--

2.3 O objeto desta aquisição não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, regulamentado no artigo 20 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 O equipamento supracitado desta aquisição é caracterizado como um bem fundamental, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O Município de Alto Paraíso/RO possui diversas áreas urbanas que demandam manutenção contínua, incluindo praças, canteiros centrais, áreas institucionais, espaços públicos e demais áreas verdes distribuídas em toda a cidade. A conservação adequada desses espaços é essencial para garantir a organização urbana, a segurança da população e a qualidade de vida dos munícipes.

3.2 A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos é responsável pela execução dos serviços de limpeza urbana, incluindo a roçagem e o corte de grama, atividades atualmente realizadas, em sua maioria, de forma manual, com o uso de roçadeiras costais. Tal método, embora funcional, apresenta limitações quanto à produtividade, além de demandar elevado esforço físico dos servidores e expor os operadores a riscos ocupacionais.

3.3 Nesse contexto, a aquisição de 04 (quatro) tratores cortadores de grama, tipo roçadeira dirigível, justifica-se pela necessidade de modernização dos serviços públicos, visando maior eficiência, agilidade e segurança na execução das atividades de manutenção das áreas verdes. A utilização desses equipamentos permitirá ampliar a capacidade operacional da Secretaria, reduzir o tempo de execução dos serviços e melhorar a qualidade da limpeza urbana.

3.4 Além disso, a mecanização dos serviços contribuirá para a otimização dos recursos humanos e financeiros, reduzindo a necessidade de retrabalho e proporcionando maior cobertura das áreas atendidas, especialmente em períodos de maior crescimento da vegetação.

3.5 A fundamentação da contratação, bem como a definição dos quantitativos, encontra-se detalhada no Estudo Técnico Preliminar ETP, documento que integra este Termo de Referência como seu apêndice, em conformidade com a legislação vigente.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 Considerando a necessidade contínua de manutenção das áreas verdes urbanas do Município de Alto Paraíso/RO, tais como praças, canteiros, áreas públicas e espaços institucionais, cujos serviços são executados diretamente pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a solução proposta consiste na modernização e mecanização dessas atividades, atualmente realizadas de forma predominantemente manual.

4.2 A aquisição de 04 (quatro) tratores cortadores de grama, tipo roçadeira dirigível, visa equipar a frota da Secretaria, ampliando a capacidade operacional e proporcionando maior agilidade, eficiência e qualidade na execução dos serviços de roçagem e conservação urbana, resultando em benefícios diretos à população, especialmente no que se refere à melhoria da estética urbana, segurança e bem-estar coletivo.

4.3 O ciclo de vida dos equipamentos envolve desde a sua aquisição, operação e manutenção até sua substituição ao final da vida útil. Os tratores cortadores de grama são projetados para oferecer desempenho eficiente em áreas extensas, com equilíbrio entre produtividade, durabilidade e consumo de combustível, sendo adequados às condições de uso em ambientes urbanos.

4.4 Durante sua vida útil, os equipamentos exigirão manutenção preventiva e corretiva, incluindo troca de óleo, verificação de componentes mecânicos, ajustes no sistema de corte e substituição de peças de desgaste natural, como lâminas e correias. A realização adequada dessas manutenções garantirá maior durabilidade dos equipamentos e continuidade na prestação dos serviços.

4.5 Com planejamento adequado de uso e manutenção, os equipamentos proporcionarão operação contínua e eficiente ao longo dos anos, contribuindo diretamente para a melhoria dos serviços de limpeza urbana, redução de custos operacionais e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

## **5. JUSTIFICATIVA**

5.1 A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Alto Paraíso/RO é responsável pela manutenção e conservação dos espaços públicos urbanos, incluindo áreas verdes, praças, canteiros e demais locais que demandam serviços contínuos de limpeza e roçagem, visando garantir a organização urbana, segurança e qualidade de vida da população.

5.2 Atualmente, os serviços de corte de grama e roçagem são executados, em sua maior parte, de forma manual, com utilização de roçadeiras costais, o que limita a produtividade das equipes, aumenta o tempo de execução dos serviços e expõe os servidores a riscos ocupacionais, além de gerar maior desgaste físico.

5.3 A aquisição de 04 (quatro) tratores cortadores de grama, tipo roçadeira dirigível, justifica-se pela necessidade de modernizar e mecanizar os serviços de manutenção urbana, proporcionando maior eficiência, agilidade e qualidade na execução das atividades, especialmente em áreas de maior extensão.

5.4 Com a utilização dos equipamentos, será possível ampliar a capacidade de atendimento das demandas da Secretaria, reduzir o tempo de execução dos serviços e garantir melhor padrão na conservação dos espaços públicos, contribuindo diretamente para a melhoria da estética urbana e do bem-estar da população.

5.5 Além disso, a mecanização dos serviços proporcionará maior segurança aos operadores, reduzindo os riscos de acidentes e o esforço físico exigido, bem como promoverá a otimização dos recursos públicos, diminuindo custos operacionais a médio e longo prazo.

## **6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A aquisição de equipamentos permanentes para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Alto Paraíso/RO deverá observar requisitos mínimos que assegurem a qualidade, segurança, eficiência e durabilidade dos bens adquiridos, garantindo sua adequada utilização nas atividades de manutenção de áreas verdes e limpeza urbana.

### **6.2 Qualidade do Produto**

6.2.1 Os equipamentos deverão ser novos, zero hora, de fabricação recente e produzidos por empresa com comprovada experiência e credibilidade no mercado.

6.2.2 Deverão apresentar elevado padrão de qualidade, durabilidade e eficiência operacional, sendo adequados para uso contínuo em áreas urbanas, como praças, canteiros e demais espaços públicos.

6.2.3 Os equipamentos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, bem como às normas técnicas aplicáveis, garantindo desempenho satisfatório durante sua vida útil.

### **6.3 Conformidade com Normas de Segurança**

6.3.1 Os equipamentos deverão estar em conformidade com as normas vigentes de segurança do trabalho e operação de máquinas, incluindo, no que couber, as Normas Regulamentadoras aplicáveis.

6.3.2 Deverão possuir dispositivos de segurança que garantam a proteção do operador, tais como sistema de desligamento automático, proteções mecânicas e demais itens exigidos pela legislação.

6.3.3 A contratada deverá fornecer manuais de operação e orientações de segurança em língua portuguesa, visando a correta utilização dos equipamentos e a prevenção de acidentes.

#### **6.4 Logística, Entrega e Garantia**

6.4.1 O fornecedor deverá assegurar o transporte adequado dos equipamentos até o Município de Alto Paraíso/RO, garantindo sua integridade durante todo o trajeto.

6.4.2 O prazo de entrega será de até **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a qual será encaminhada via e-mail à contratada, que deverá acusar o recebimento no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**.

6.4.3 A entrega deverá ocorrer de forma integral, sendo todas as despesas com transporte, carga e descarga de responsabilidade da contratada.

6.4.4 Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, cobrindo defeitos de fabricação, devendo a contratada disponibilizar assistência técnica autorizada e peças de reposição durante e após o período de garantia.

6.4.5 No ato da entrega, a contratada deverá apresentar a documentação fiscal correspondente, bem como os manuais de operação, certificados e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos.

6.5 Os requisitos acima estabelecidos visam garantir que os equipamentos adquiridos atendam plenamente às necessidades da Administração Pública, proporcionando maior eficiência, segurança e qualidade na execução dos serviços de manutenção urbana.

### **7. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.1 Todas as documentações e outras exigências são especificadas no edital.

### **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **8.1 DA SOLICITAÇÃO**

8.1.1 Os produtos, materiais e/ou equipamentos serão solicitados conforme a necessidade da secretaria e deverão ser entregues conforme solicitado em Nota de Empenho e ordem de faturamento.

#### **8.2 LOCAL/PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA.**

8.2.1 - A entrega do material deverá ser feita, conforme ordem de fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de Obras (Nota de Empenho), no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.2.2 O objeto pleiteado nesta licitação deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos-SEMOSP. Local de entrega: Rua Marechal Rondon, Nº 3031, Alto Paraíso/RO-CEP: 76862-000, em horários de expediente de Segunda-feira à Sexta-Feira das 07h30min às 13h30min, E-mail: [semosp.pmap@outlook.com](mailto:semosp.pmap@outlook.com)

8.2.3 O equipamento deverá ser entregue de forma única, sendo assim todas as despesas referentes a entrega ficará por conta da contratada

#### **Obs: Da aplicação de Multa por atraso na entrega do bem:**

Moratória de 0,33% (zero virgula trinta e três por cento) por dia de atraso injustificado da entrega do bem sobre o valor total do bem, até o limite de 10% (dez por cento); A Administração reserva-se o direito em recolher o valor da multa aplicada ao efetuar o pagamento da Nota Fiscal.

8.2.4 Caso o FORNECEDOR verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de 90 (noventa) dias previsto para a entrega, deverá o mesmo protocolar a solicitação de prorrogação de prazo de entrega em até 05 (cinco) dias úteis da finalização do prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente justificado, e o novo prazo previsto para entrega, que

poderá ser prorrogado uma única vez por até 90 (noventa) dias, após a solicitação de prorrogação de prazo ser analisada pelo MUNICÍPIO na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se o FORNECEDOR da decisão proferida.

8.2.5 Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o FORNECEDOR deverá imediatamente entregar o objeto.

8.2.6 No ato da entrega a Contratada deverá apresentar a documentação fiscal, os manuais e outros documentos e acessórios dos equipamentos.

## **9. DO RECEBIMENTO**

9.1 A Prefeitura Municipal receberá provisoriamente o equipamento conforme inciso II do art. 140 da lei 14.133/2021. O mesmo deverá ser entregue na Sede da Secretaria Municipal de Obras, para efeito de posterior verificação da conformidade do equipamento por servidor ou pelo (a) Chefe do Setor de Patrimônio e Almoxarifado, para inserção de documentos e relatórios em processo, bem como certificado de recebimento provisório do bem, que não deverá ultrapassar o prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.2 O recebimento do bem será definitivamente em até 15 (quinze) dias úteis, após a verificação detalhada das especificações do equipamento de acordo com empenho e condições exigidas em Edital. A administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega executada em desacordo com as condições exigidas.

## **10. ESTIMATIVA DE CUSTO**

10.1 O valor estimado foi apurado a partir de Quadro Comparativo de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em pesquisas de preço obtidas através de contratações similares, HOMOLOGADAS por Administração Pública, conforme Art. 23, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

### **10.2 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.3 O recurso necessário para aquisição do objeto está assegurado no orçamento financeiro de 2026 na seguinte programação orçamentária:

*Unidade Orçamentária 02.07.01 SEMOSP  
Projeto Atividade: 15.451.0006.2008.0000  
Elemento despesa: 4.4.90.52.00  
Ficha: 541*

*Unidade Orçamentária 02.07.01 SEMOSP  
Projeto Atividade: 15.451.0006.2008.0000  
Elemento despesa: 4.4.90.52.00  
Ficha: 542*

## **11. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

11.1 Atestados de capacidade técnica deverão ser apresentados, obrigatoriamente, a comprovação por meio de Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento/execução de objeto compatível com o objeto da licitação.

11.2 Declaração emitida pelo fabricante do equipamento atestando a existência de assistência técnica homologada pelo fabricante dentro de uma distância máxima de 300 KM do município de Alto paraíso/RO, comprovar o endereço da empresa homologada a prestar a assistência técnica. (Tal solicitação tem por objetivo reduzir o prazo para atendimento, custos e despesas com fretes de peças e deslocamentos do técnico até o equipamento)

## **12. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

12.1 Os prazos e condições de garantia dos equipamentos e seus componentes obedecerão às condições descritas no manual do fabricante, e deverão ser de no mínimo 12 (doze) meses, contados a partir da data de recebimento dos equipamentos;

12.2 A licitante vencedora deverá apresentar, como forma de comprovação de garantia mencionada no subitem anterior, Certificado de Garantia do fabricante, ou documento similar;

12.3 No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente houver substituição, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

12.4 No caso de irregularidade, mau funcionamento e/ou defeito do equipamento durante todo o período de garantia, a CONTRATADA é obrigada a enviar um técnico autorizado até o local onde estiver o equipamento para realização de laudo técnico com emissão de diagnóstico do problema onde aponta a solução e/ou a reposição imediata do elemento defeituoso, sem qualquer ônus para a PREFEITURA. O prazo para conserto do equipamento durante o período de garantia será de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da notificação feita pela PREFEITURA.

12.5 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos bens ou substituição dos mesmos, serão suportados exclusivamente pela contratada.

12.6 Em casos onde não houver a possibilidade de efetuar o reparo do equipamento na sede da SEMOSP, após avaliação in loco, a empresa fornecedora deverá indicar um estabelecimento autorizado e credenciado para este fim, que terá 05 (cinco) dias para solucionar o problema e que fique em uma distância de no máximo 300 km da sede do município de Alto Paraíso/RO.

12.7 A garantia mencionada será prestada apenas por estabelecimento credenciado pelo fabricante. A relação de empresa autorizada e/ou credenciadas para atender este item, deverá ser entregue anexada a proposta comercial no dia do certame, para averiguação da (o) pregoeira (o).

12.8 Caso o equipamento entregue pelo licitante não atenda a especificações contidas no edital e proposta ou apresentem quaisquer defeitos, a Prefeitura Municipal Alto Paraíso/RO os rejeitará, e a licitante vencedora terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para que seja providenciada a sua reparação, substituição nas especificações corretas, contados a partir da comunicação feita pela Prefeitura Municipal.

12.9 Caso o problema ainda não seja solucionado e/ou não atenda às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções que não possam ser sanadas no prazo supracitado, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

12.10 Todas as despesas, fretes, carga e descarga, durante o período de garantia do bem, referente ao transporte da máquina para autorizada, até um raio não superior de 300 km da sede do município, fica a cargo da SEMOSP, desde que seja para atender ao contido no laudo de diagnóstico apresentado pelo técnico responsável, conforme item 12.4, 12.5, 12.6.

### **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1 Comprovação de aptidão da licitante (pessoa jurídica) para desempenho de atividade pertinente e compatível com objeto da licitação, através de uma ou mais certidões ou um ou mais atestados, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13.2 A certidão ou o atestado de Capacidade Técnica deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica emitente, constando endereço, CNPJ, endereço eletrônico e telefones, com identificação do nome e cargo do signatário.

### **14. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

#### **14.1. Recebimento do Objeto**

14.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

14.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

#### **14.2 Liquidação**

14.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato (nota de Empenho) do órgão contratante;
- c) o valor a pagar; e
- d) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**14.2.2.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**14.2.3.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.2.4.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**14.2.5.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**14.2.6.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**14.2.7.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**14.2.8.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **14.3. Prazo de pagamento**

**14.3.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos.

### **14.4. Forma de pagamento**

**14.4.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**14.4.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**14.4.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**14.4.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**15.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR ITEM, em regime aberto.

#### **Exigências de habilitação**

**15.2.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



## Habilitação jurídica

**15.3. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**15.4. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**15.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

**15.6. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**15.7. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documentos comprobatórios de seus administradores;

**15.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**15.9. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**15.10.** Documentos de identificação contendo RG e CPF do (s) sócio (s) ou sócio administrador;

**15.11.** Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF);

**15.12.** Registro Comercial, no caso de empresa individual.

**15.13.** Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

**15.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

**15.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**15.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**15.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**15.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**15.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**15.20.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**15.21.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal ou Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**15.22.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.



## **Qualificação Econômico-Financeira**

**15.23. Certidão Negativa de Falência, de Concordata, de Recuperação Judicial ou Extrajudicial** (Lei nº 11.101/2005) expedida pelo distribuidor da sede da empresa, EXPEDIDA NOS ÚLTIMOS 90 (Noventa) dias caso não conste o prazo de validade; ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

**15.24.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1 A Contratante, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

16.2 Proporcionar todas as facilidades para a Contratada executar o fornecimento do objeto do Termo de Referência, permitindo o acesso dos profissionais da Contratada às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da Contratante, principalmente as de segurança, inclusive àqueles referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

16.3 Designar Comissão para proceder aos recebimentos provisório e definitivo do objeto desta aquisição;

16.4 Fornecer à Contratada todo tipo de informação interna essencial à realização dos fornecimentos e dos serviços;

16.5 Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas, no Termo de Referência Anexo I do Termo de Referência;

16.6 Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de penalidades;

16.7 Recusar, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;

16.8 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas, regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

16.9 Atestar as Notas Fiscais/Faturas após recebimento definitivo do objeto desta licitação;

16.10 Detectar eventuais deficiências relacionadas ao objeto da aquisição, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar a ocorrência de qualquer fato que exija medida corretiva por parte da CONTRATADA, solicitando imediata interrupção se for o caso.

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1 A Contratada, durante a vigência do respectivo Contrato, compromete-se a:

17.2 Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando à CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

17.3 Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante;

17.4 Atender as demais condições descritas neste Termo de Referência;

17.5 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, contribuições previdenciárias, impostos e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Contratante;

17.6 Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos provenientes da execução do Contrato e também às demais informações internas da Contratante, a que a Contratada tiver conhecimento.

## **18. SANÇÕES**

18.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

18.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

IV) Multa:

(1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

18.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

18.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

18.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

18.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

18.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

18.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

18.12 A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

18.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 19. CONSIDERAÇÕES FINAIS

19.1 Qualquer divergência ou alteração que se faça necessárias neste Termo de Referência serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Alto Paraíso no que couber.

19.2 Os objetos do referido processo será atendido pela empresa qualificada no certame Licitatório realizado pela Comissão Permanente de Licitação.

19.3 Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação.

19.4 Qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

19.5 O presente Termo de Referência foi requisitado e elaborado através de informações prestadas pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos conforme suas necessidades, no uso de suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e com concordância do Ordenador de Despesas.

---

Rua Marechal Cândido Rondon, 3031 - Centro - Alto Paraíso/RO CEP: 76.862-000  
Fone/Whatsapp: (69) 99968-3368 - site: [www.altoparaíso.ro.gov.br](http://www.altoparaíso.ro.gov.br) - CNPJ: 63.762.025/0001-42

---



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SILVA LIMA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**, em 13/05/2026 às 07:59, horário de Alto Paraíso/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.202 de 30/06/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSILENE PASSOS DA SILVA, AGENTE DE SERVIÇO**, em 13/05/2026 às 08:01, horário de Alto Paraíso/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3.202 de 30/06/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.altoparaíso.ro.gov.br](http://transparencia.altoparaíso.ro.gov.br), informando o ID **602543** e o código verificador **49910C3D**.

---

Referência: [Processo nº 1-1083/2026](#).

Docto ID: 602543 v1